

# Frente Parlamentar para o PROANTAR debate a presença do Brasil na Antártica



Comandante da Marinha (segundo da esquerda p/ direita) e o Secretário da CIRM com Representantes da Frente Parlamentar para o PROANTAR

**E**m evento realizado no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, no dia 4 de outubro, a Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) reuniu Deputados Federais e Senadores para discutir os desafios da permanência do Brasil na Antártica. A ideia foi debater as atuais condições em que os pesquisadores são mantidos no Continente Antártico e a importância da atuação dos parlamentares que contribuem, por meio da alocação de emendas, para a continuidade desses trabalhos. Constituída em 2007, a Frente do PROANTAR tem como objetivo atuar junto aos órgãos competentes e auxiliar na reconstrução da Estação Brasileira Comandante Ferraz, além de incentivar o prosseguimento das pesquisas realizadas no Continente Antártico por cientistas brasileiros.

## Processo Regular é um dos temas do COLACMAR



**N**os dias 14 e 15 de novembro, durante o Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar – COLACMAR, ocorreu o primeiro Workshop Regional do segundo ciclo do Processo Regular de Avaliação do Estado do Ambiente Marinho, incluindo os Aspectos Socioeconômicos para o Atlântico Sul e Caribe.

O “Processo Regular” foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas, por meio de uma série de resoluções, para desenvolver um mecanismo de acompanhamento global do estado do ambiente marinho, incluindo os aspectos socioeconômicos de forma contínua e sistemática, fornecendo avaliações regulares no nível global, sob uma ótica integrada dos aspectos ambientais, sociais e econômicos.

As avaliações regulares constituem importante instrumento para os tomadores de decisão e contribuem para o gerenciamento sustentável das atividades humanas que afetam o ambiente marinho em concordância com a legislação internacional, incluindo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e outros instrumentos legais.

O “Processo Regular” se propõe a facilitar a identificação de tendências e a propiciar respostas apropriadas por parte dos Estados e organizações competentes em nível regional e internacional, além de facilitar a plena participação de países em desenvolvimento em todas as atividades.

Esse processo depende do envolvimento dos Estados Membros na produção de indicadores de qualidade ambiental e de avaliações nacionais, papel que no Brasil já vem sendo realizado pela CIRM com a criação do Grupo de Trabalho Uso Compartilhado do Ambiente Marinho, coordenando os debates relacionados à governança dos oceanos, em decorrência da necessidade da articulação dos interesses existentes no mar, na busca pelo desenvolvimento de uma mentalidade de uso sustentável dos oceanos e mares, preservando os nossos interesses estratégicos.